

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 19.03.2026

Discussão sobre a racionalidade do regime de recrutamento dos trabalhadores da Função Pública

A economia e a política globais entraram numa era de instabilidade e insegurança. Embora Macau esteja distante das zonas de conflito, isso tem gerado impactos negativos não desprezíveis sobre a estratégia de diversificação adequada da economia que atualmente está a ser implementada. Neste contexto de grandes transformações globais, torna-se ainda mais necessário que o Governo assuma um papel de liderança na sociedade, definindo claramente a direcção do futuro desenvolvimento de Macau. Nesse sentido, a equipa de funcionários públicos converte-se numa das partes centrais para impulsionar o desenvolvimento racional das políticas públicas.

A fim de criar uma equipa que lidere o desenvolvimento de Macau, é necessário integrar no Governo da RAEM jovens com conhecimentos e vasta experiência sobre as mudanças históricas de Macau, para planear, em conjunto, o futuro de Macau. Mas o actual regime de recrutamento dos trabalhadores da Função Pública já entrou em vigor há muitos anos e a conjuntura actual está constantemente a mudar, e o regime de recrutamento vigente não consegue absorver, de forma suficiente, os talentos jovens provenientes dos diversos sectores e que têm a intenção de servir a população e apresentar sugestões para a RAEM.

O actual regime de recrutamento tem uma “prova geral”, isto é, o “concurso de avaliação de competências integradas”. Após aprovação nesta prova, é que se pode participar na “prova pelos próprios serviços”, isto é, o “concurso de avaliação de competências profissionais ou funcionais”. A “prova geral” é um exame básico, apenas para os residentes que reúnem habilitações académicas, enquanto a “prova pelos próprios serviços” é uma prova de recrutamento realizada segundo as exigências dos serviços públicos. Mas o problema é que, actualmente, os requisitos profissionais são excessivos nos concursos de recrutamento realizados pelos serviços públicos, o que afasta as oportunidades de participação de candidatos com cursos menos frequentados ou menos procurados.

Na “entrevista” de alguns serviços públicos, os candidatos deparam-se com situações de tratamento injusto. Isso aconteceu recentemente num concurso promovido por um serviço público, em que os candidatos com melhores classificações na prova escrita, aparentemente, correspondiam ao perfil pretendido pelo serviço; mas, após a realização da entrevista, as classificações desses candidatos sofreram uma grande queda. Perante esta

situação, foram apresentadas reclamações e recursos aos responsáveis do referido serviço público e até à entidade tutelar, mas não houve qualquer resposta. Tal facto gerou insatisfação entre os candidatos, que consideram o actual sistema de recrutamento injusto e sem canais efectivos de impugnação.

Assim, o Governo da RAEM deve rever o regime de recrutamento em vigor dos funcionários públicos, avaliando se continua adequado às necessidades actuais da sociedade e se, efectivamente, atrai jovens talentos para os serviços públicos, e ainda, após uma análise a curto prazo, adoptar medidas apropriadas para intensificar o recrutamento de jovens, injectando novo sangue nos órgãos executivos, promovendo a sua vitalidade e, consequentemente, impulsionando de forma eficaz a reforma da administração pública em Macau.

Assim sendo, proponho o seguinte:

1. O Governo deve proceder, de imediato, à revisão do actual regime de recrutamento dos trabalhadores dos serviços públicos, procedendo à sua reforma profunda, com vista a recrutar mais jovens qualificados de diferentes áreas que correspondam à diversificação adequada da economia de Macau para ingressarem na Função Pública, a fim de cumprir efectivamente a “reforma da administração pública” proposta pelo Chefe do Executivo e o importante objectivo estratégico do Estado para a transformação económica de Macau;

2. Há que mudar o actual modelo do regime de recrutamento dos trabalhadores da Função Pública, eliminando as exigências fixas e restritivas nas áreas de especialização dos técnicos superiores, para permitir que os serviços, no recrutamento de pessoal qualificado, considerem candidatos com formações diversificadas de várias áreas profissionais. Este ajuste possibilitará a atracção de talentos mais especializados para os serviços públicos, enriquecendo a análise e a formulação de políticas com diferentes perspectivas especializadas;

3. Reforçar a credibilidade do processo de recrutamento, especialmente na fase da entrevista. Actualmente, o júri do concurso é composto integralmente por pessoal do próprio serviço, e o presidente domina, em princípio, o poder de pontuação nas entrevistas. Assim, o Governo deve alterar a composição dos júris, com membros indicados por outros serviços ou outras Secretarias, para uma avaliação mais objectiva e abrangente nas entrevistas, evitando-se a repetição das referidas situações de injustiça que levam os serviços a perderem a oportunidade de seleccionarem os candidatos verdadeiramente mais adequados.